

068

A DITADURA E O INQUÉRITO MILITAR NA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE: UM ESTUDO DE CASO DE REPRESSÃO LEGITIMADA PELO PODER CIVIL. *Carine de Souza Leal, Fiorela Bugatti Isolan, Helgio Henrique Casses Trindade (orient.)* (UFRGS).

Por decreto do prefeito de Porto Alegre, Célio Marques Fernandes, foi instituída, em maio de 1964, no âmbito da Prefeitura, a Comissão Especial de Averiguação de Porto Alegre (Decreto 2764) para "proceder as averiguações necessárias sobre atentados contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública". O trabalho pretende, a partir do exame de fontes primárias, analisar: (a) a estrutura do processo militar em questão no interior de uma instituição da tradição histórica da Prefeitura de Porto Alegre como exemplo concreto de submissão do poder civil ao poder militar depois do golpe de 1964, (b) a metodologia usada no inquérito e (c) seus efeitos concretos sobre os servidores acusados de "ação subversiva". Através da análise de documentação preservada pelo NUPERGS, o trabalho se baseia em documentos inéditos produzidos pela Comissão Especial de Averiguação entre os meses de abril e outubro de 1964 para reconstituir as principais etapas do processo (convocações, depoimentos, acusações, defesas) e suas consequências repressivas: aposentadorias, demissões e afastamentos de funcionários municipais no primeiro ano daquela ditadura militar. (BIC).